



ATA DA 402ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, por meio da plataforma Google Meet, foi declarada aberta a 402ª Sessão Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, sob a presidência do Sr. Roberto Sant'Ana Lisboa Batista. **OBJETIVOS DA REUNIÃO: 1. Minuta de Projeto de Lei:** Reformula e reorganiza o Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG instituído pela Lei Municipal 4.858 de 07 de junho de 2006. **2. Parecer RDQA 2024 (1º, 2º e 3º quadrimestre).** **PRESENTES:** Amarílio Zebral, Cláudio Souza, Débora Lima, Elaine Silva, Marco Antônio Henriques, Roberto Lisboa, Tatiane Rezende, Vânia Rocha, Wagner Costa Coelho. **DESENVOLVIMENTO DA PLENÁRIA:** O Presidente declarou abertos os trabalhos, informando que, devido à sobrecarga de atividades na última semana, a ata não pôde ser enviada previamente. Ficou decidido que a ata pendente será encaminhada via WhatsApp e apreciada conjuntamente na próxima reunião. Em prosseguimento, foram apresentados os informes sobre as atividades do Conselho, incluindo reuniões realizadas com a Secretaria de Desenvolvimento Social, com nova agenda marcada para o dia 08/10/2025, que tratará do controle da infestação de pombos na Casa dos Conselhos. O Conselheiro Amarílio Zebral, em uso da fala, trouxe informações sobre o funcionamento do CAPS. O Conselheiro relatou que o acolhimento na referida unidade está muito satisfatório. Tratando do item de pauta, o Presidente Roberto Lisboa apresentou à plenária a proposta de alteração da lei que institui o Conselho Municipal de Saúde, fundamentada em orientações do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais, no sentido de adequar a legislação local às normas nacionais vigentes. O projeto de lei visa reformular a Lei Municipal nº 4.858, de 07 de junho de 2006, adequando-a às Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, Resolução n.º 453/2012, bem como ao Decreto nº 7.508/2011. As alterações buscam preservar a independência do Conselho, garantindo sua atuação como instância deliberativa de controle social no âmbito do SUS. Assim, procedeu-se à leitura integral da minuta do projeto. Foi debatida a composição do Conselho, inicialmente proposta em 24 conselheiros, conforme parâmetro populacional para municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes, podendo ser ampliada a partir da criação de conselhos locais. O presidente destacou a importância da inclusão de grupos sociais atualmente não representados, como movimentos de mulheres, população LGBTQIA+, associações de pessoas com deficiência e regiões periféricas. Na sequência, Cláudio Souza sugeriu que as entidades que compõem o Conselho fossem já definidas na lei, a fim de garantir sua participação formal. Wagner Costa Coelho ponderou que a fixação rígida poderia exigir alterações frequentes na lei diante do surgimento de novas entidades. O presidente observou que incluir entidades diretamente na lei dificultaria a dinâmica do Conselho, pois cada alteração demandaria tramitação legislativa. Defendeu que o regimento interno seja o instrumento adequado para esse ajuste, uma vez que pode ser atualizado pela plenária, preservando a autonomia e evitando burocracias excessivas. Ademais, foi construída a proposta de que a entrada ou saída de entidades dependa de aprovação dos membros do Conselho, como forma de segurança institucional. Wagner Costa Coelho concordou, ressaltando a importância de abertura para novas entidades, enquanto Cláudio Souza destacou a necessidade de resguardar direitos e evitar mudanças abruptas conforme alterações de governo. Na sequência, discutiu-se sobre entidades que não têm



participado das reuniões. Foi consenso a necessidade de comunicação formal às ausentes, consultando sobre o interesse em permanecer, com prazo para indicação de representantes. Também foi sugerido que a nova legislação preveja a exclusão automática de entidades que não comparecerem a determinado número de reuniões, a exemplo do que já ocorre com conselheiros. O Presidente Roberto Sant'Ana acrescentou proposta de que todos os conselheiros (titulares e suplentes) passem a integrar ao menos uma ou duas câmaras técnicas, como forma de descentralizar o trabalho e estimular maior engajamento. Foram citados possíveis grupos temáticos, como orçamento, assistência farmacêutica, atenção básica, atenção especializada. Também foi levantada a necessidade de ampliar a participação social, com articulação junto a pastorais da saúde, associações de bairro e demais organizações da comunidade, mediante visitas e reuniões locais. Ressaltou-se a importância de reforçar a divulgação do Conselho por meio de redes sociais, de forma institucional e apartidária, para dar maior transparência às pautas e decisões. Roberto relatou a dificuldade em manter atualizado o Instagram do Conselho, destacando a importância da comunicação com a população. Informou que tentou junto ao município a disponibilização de recursos para contratação de um servidor de apoio administrativo, sem sucesso, e solicitou alternativas. A Senhora Vânia Rocha, representante do legislativo municipal, comprometeu-se a verificar junto à Câmara a possibilidade de cessão de jovens aprendizes capacitados em informática. Na sequência, Cláudio Souza sugeriu que, para definir as entidades que desejam permanecer no Conselho, seja realizada uma reunião ampliada, reunindo todas em um espaço maior, a fim de esclarecer o papel e as exigências de participação. A proposta foi acolhida, embora tenha sido ponderado que, em alguns casos, será necessário contato direto com determinados grupos. Em relação ao trâmite legislativo, Roberto observou que o projeto de reformulação não terá aprovação imediata, devendo passar pela Procuradoria do Município e por diversas comissões da Câmara Municipal. Nesse processo, destacou-se a necessidade de articulação dos conselheiros junto aos vereadores e procuradoria para esclarecer a importância das alterações. O conselheiro Amarílio Zebral questionou como ficariam registradas as falas anteriores dos Conselheiros Cláudio Souza e Wagner Costa, pedindo clareza no texto final do projeto de lei. O presidente Roberto esclareceu que será inserido dispositivo prevendo que a entidade que deixar de participar das reuniões do Conselho por 12 (doze) meses consecutivos poderá ser excluída por decisão da plenária. Informou, ainda, que a entrada ou saída de entidades dependeria de aprovação por quórum qualificado, inicialmente sugerindo em 2/3 dos conselheiros. Após debate, ponderou-se a dificuldade de atingir tal quórum, sendo deliberado que o critério a ser adotado será o mesmo das reuniões ordinárias: maioria simples na primeira chamada, 1/3 na segunda chamada (após 15 minutos) e qualquer número presente após 20 minutos. Ficou decidido, também, que será encaminhado ofício às entidades que não têm comparecido regularmente às reuniões, questionando se desejam permanecer no Conselho, com prazo para resposta. Além disso, as entidades que apresentarem baixa frequência de participação receberão alerta formal. As entidades que não indicarem representantes dentro do prazo serão consideradas como sem interesse e excluídas do Conselho. Ficou definido realizar encontros ampliados com entidades da sociedade civil para apresentar o papel do Conselho e sensibilizar sobre participação. Foi explicado que os Conselhos Locais são instrumentos de apoio ao Conselho Municipal, não possuem caráter deliberativo e só se tornam obrigatórios quando o município ultrapassar 150 (cento e



cinquenta mil habitantes). Antes de implementá-los, será necessário recompor o Conselho, atualizar regimento, elaborar código de ética e avaliar a regionalização do município. Houve também menção aos Conselhos Macrorregionais em Minas Gerais, que seguem lógica semelhante, mas vinculados ao Conselho Estadual. Ficou deliberado incluir dispositivo assegurando que convidados tenham direito à voz, mas não a voto. Decidiu-se que o documento, com as devidas alterações, será considerado aprovado nesta reunião, passando apenas por ajustes dos pontos debatidos. Ficou estabelecido o encaminhamento do projeto final no grupo de WhatsApp do Conselho, para avaliação final. Ressaltou-se que o projeto já se encontra aprovado nesta sessão plenária pelos presentes, ficando acordado que apenas eventuais ajustes gramaticais e a inclusão das propostas ora apresentadas serão realizados. Foi discutido, ainda, que a legislação municipal atual não obriga que matérias como PPA, LDO, LOA e suplementações orçamentárias passem pelo Conselho de Saúde. Roberto ressaltou a importância de que um novo projeto contemple dispositivos vinculando o Fundo Municipal de Saúde às legislações federais (Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.142/1990, Lei nº 141/2012), garantindo o controle social sobre as finanças da saúde. Wagner Costa lembrou que o Conselho é instância deliberativa especialmente no tocante à gestão de recursos financeiros, e que leis municipais não podem se sobrepor a leis federais. Foi deliberado o envio de ofício à Procuradoria Municipal, recomendando a inclusão expressa, na lei municipal, da necessidade de observar a legislação federal, a fim de evitar interpretações incorretas. Foi apontada a baixa participação da gestão municipal, com ausência frequente do Secretário de Saúde nas reuniões do Conselho. Encaminhou-se o envio de ofício à Secretaria de Saúde, questionando sobre a efetiva participação da pasta no Conselho e cobrando maior comprometimento. Tratando do Parecer sobre os Relatórios Detalhados Quadrimestrais de 2024 (RDQA), foi apresentado parecer técnico com as seguintes constatações: **I)** Os relatórios não foram apresentados dentro dos prazos legais; **II)** Ausência de compatibilização entre os instrumentos de planejamento em saúde; **III)** Fragilização da atuação do controle social devido ao descumprimento das normativas; **IV)** Impactos negativos para a execução e monitoramento das políticas públicas de saúde. O Conselho decidiu comunicar ao Ministério da Saúde a não conformidade dos RDQAs, o que subsidiará a avaliação do Relatório Anual de Gestão (RAG 2024). Foi informado que o Plano Municipal de Saúde, a LDO e o PPA foram recebidos pelo Conselho. Registrou-se que a LDO foi aprovada sem passar pelo Conselho e que o PPA não foi encaminhado oportunamente, tendo o Conselho que buscá-lo por iniciativa própria. Ficou agendada reunião para segunda-feira (08/09/25), para análise do plano, com conselheiros voluntários, para realizar análise minuciosa do Plano Municipal de Saúde, em especial quanto à compatibilização com a LDO, PPA e LOA. Foi ressaltado que, embora o Plano apresente melhorias, contém erros, inclusive orçamentários, que precisarão de ajustes. Roberto Lisboa informou que alguns pontos discutidos na Conferência Municipal de Saúde não constam do Plano Municipal de Saúde, sendo necessário avaliar essas divergências para elaborar o parecer do Conselho. O Plano Municipal de Saúde será compartilhado no grupo de WhatsApp do Conselho para leitura prévia. Tratando da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24 horas), em especial sobre reunião realizada para discutir o contrato firmado com o Consórcio ICISMEP, relativo à gestão compartilhada da referida unidade, pontuou-se acerca das alterações contratuais e da divergência existente entre a minuta aprovada pelo Conselho e a versão efetivamente assinada pela Secretaria de Saúde. Deliberou-se que, caso não haja



manifestação da Secretaria até o dia 11/09/2025, data previamente definida pela própria pasta para retorno, a Presidência deste Conselho dará início à coleta de documentação, a qual será apresentada em plenária para deliberação acerca da questão da UPA. Todas as ações futuras acerca do assunto seguirão as decisões aprovadas pela plenária do Conselho. Nada mais havendo a ser tratado e cumprida a pauta da reunião, Roberto agradeceu a participação de todos e encerrou os trabalhos, registrando que a transcrição servirá de base para a ata oficial do Conselho. O presente registro foi lavrado pela Secretaria Executiva do Conselho e será submetido à apreciação e votação do pleno na próxima reunião ordinária. Conselheiro Lafaiete, 04 de setembro de 2025.

ATA APROVADA NA 403ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA.